

O Ensino de Música em Escolas Públicas do Espírito Santo: Um Estudo Histórico

Ademir Adeodato

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)

ademir.adeodato@ifes.edu.br

Resumo: Apresenta análises preliminares de uma pesquisa em andamento no curso de Doutorado em Música na UNIRIO. Refere-se a um estudo histórico sobre a oferta do ensino musical em escolas públicas do estado do Espírito Santo. Tem como recorte temporal o período que vai do ano de 1854 – que pelo Decreto 1.331, temos a primeira menção da oferta do ensino musical na legislação educacional brasileira – até o ano de 1934 – publicação do Decreto 24.794 que institui, em âmbito nacional, o ensino musical nas escolas brasileiras por meio do Canto Orfeônico. Reconhecemos a complexidade do trabalho tendo em vista que o processo de escolarização da música no espaço/tempo em questão não foi homogêneo e está repleto de silêncios e de vestígios ainda negligenciados. Para apresentar os resultados obtidos até o momento atual da pesquisa este texto está organizado em: um breve panorama da pesquisa, destacando alguns aspectos do universo da mesma e os fatores que têm desafiado sua realização; uma síntese dos aportes teóricos-metodológicos que a embasam, apresentando um breve panorama da revisão de literatura já empreendida; e por fim, uma descrição dos documentos selecionados indicando as justificativas que sustentam tais escolhas. Acreditamos na relevância deste trabalho, pois entendemos que uma das formas de contribuir para o fortalecimento da oferta do ensino da música nas escolas, pode se dar por meio da realização de análises mais abrangentes sobre os desafios encontrados, as conquistas alcançadas e os caminhos trilhados ao longo da história da educação musical nos espaços escolares brasileiros.

Palavras chave: Educação Básica; Educação Musical; Pesquisa Histórica.

1. Introdução

A sanção da Lei 11.769/08, em agosto de 2008, marca o início de uma nova fase para a educação musical escolar brasileira. Queiroz (2012) ao analisar os vários fatores que têm dificultado a presença da música na educação básica brasileira indica que tal processo tem sido influenciado por complexos fatores sociais. O autor aponta, ao abordar esta problemática indica que esta medida legal foi a primeira ação nesse sentido no Brasil, pois o ensino musical, em diferentes períodos históricos, foi considerado um importante instrumento de educação. Corroborando estas afirmações, os estudos de Quadros (2013) demonstram que a partir do Decreto 1331, de 1854, passaram a ser elaborados diversos documentos legais que indicavam a inserção do ensino musical nos espaços escolares. Dentre estes documentos

merece destaque o Decreto 24.794, de 1934, que institui, em âmbito nacional, o ensino musical por meio da oferta do Canto Orfeônico.

Porém, Quadros (2013) chama a atenção para o fato de que, principalmente no período pré-republicano, a maior parte dos regulamentos legais que mencionam a inserção do ensino musical acabavam se dirigindo para o município da Corte (Rio de Janeiro). O que nos leva a refletir que se por um lado, em diferentes períodos históricos tenha existido a previsão legal da oferta das aulas de música para todo o país, por outro isto não se deu de forma igualitária em todo o Brasil, tendo em vista a falta de condições materiais para a efetivação das aulas de música fora das regiões mais desenvolvidas.

Inserindo-se neste contexto este estudo pretende realizar, por meio do intercruzamento de fontes diversas, um trabalho de caráter historiográfico sobre a oferta do ensino musical em instituições escolares do Estado do Espírito Santo. O trabalho tem como recorte temporal o período que vai do ano de 1854 – onde, por meio do Decreto 1.331, temos a primeira menção da oferta do ensino musical na legislação educacional brasileira – até o ano de 1934 – publicação do Decreto 24.794 que institui, em âmbito nacional, o ensino musical nas escolas brasileiras por meio do Canto Orfeônico. A justificativa para o recorte deve-se ao fato de que buscaremos investigar como e em quais condições se desenvolveu a oferta do ensino musical nas escolas do ES, no período que antecede a sistematização do ensino musical escolar desenvolvido por meio do projeto de Canto Orfeônico de Villa Lobos. Cabe destacar que somente em 1954, foi criada a Escola de Música do ES (EMES), instituição pública, que, dentre outras ações, tem o objetivo de formar professores de música.

Para atingir nosso objetivo temos buscado: coletar documentos que contenham informações sobre as iniciativas tomadas pelos governos com vistas à inserção e manutenção do ensino de música nas escolas capixabas (especificamente no período em questão); coletar dados sobre os investimentos financeiros e os recursos materiais destinados para estas ações; averiguar em quais estabelecimentos escolares públicos eram ofertadas essas aulas; investigar quais os profissionais atuaram nestas ações, levantando dados sobre sua formação; analisar as propostas de ensino musical desenvolvidas no que se refere às suas organizações didático-metodológicas (objetivos, conteúdos, recursos disponibilizados, público alvo atendido).

Reconhecemos que vamos nos valer de uma mostra no tempo relativamente longa, mas nos apoiamos nas considerações de Faria filho (2002) ao indicar que é plenamente

possível, e muito recomendado, analisar o processo histórico de escolarização de uma determinada cultura escolar a partir de uma análise temporal mais longa.

2. Revisão Bibliográfica

Para construir um painel histórico sobre a educação musical em escolas capixabas, o primeiro passo foi realizar um levantamento bibliográfico com o intuito de: a) rastrear a literatura sobre a História da Educação e da Educação Musical, focando mais especificamente a realidade capixaba; b) mapear as fontes primárias que têm sido utilizadas nessas pesquisas; c) articular as pesquisas sobre a história da educação com os trabalhos que vem sendo realizados, em âmbito nacional, no campo da pesquisa histórica em educação musical.

Nessa revisão bibliográfica preliminar foram encontrados vários vestígios sobre a oferta do ensino musical em escolas públicas do ES. Como exemplos podemos citar os trabalhos de Romanelli (2004), Leal (1980) e Pirolla (2013).

Em 1843 foi criado o Liceu da Vitória, estabelecimento de instrução literária compreendendo o Ensino Primário e o Secundário, mas que só funcionou efetivamente dez anos depois. (...) o currículo do Liceu deveria incluir Retórica, Filosofia Racional e Moral, Aritmética, Geometria e Álgebra, Música (grifo nosso), Geografia, História e Cronologia, Francês, Inglês e Latim, reproduzindo o “trivium” e o “quadrivium” medievais. (ROMANELLI, 2008, p. 4).

Encontramos menções à oferta do ensino musical, em documentos oficiais, como notamos abaixo, no relatório apresentado ao presidente da província Francisco Ferreira Correia por Dionísio Resendo, diretor-geral da Instrução Pública do ES, no ano de 1872,

No ano de 1871, o Colégio Espírito Santo foi freqüentado por setenta e três alunos: sendo de latim vinte e dois, de francês vinte e seis, de inglês cinco, de matemáticas elementares quatorze e de geografia quatro, **de música piano e canto dez** (grifo nosso). Há ainda uma aula pública de **música vocal e instrumental** (grifo nosso) que funciona separadamente e que no ano findo foi freqüentada por vinte alunos. (RESENDO, 1872, apud MATTOS, 1927, p. 34).

Romanelli (2004, p. 9), indica que, em 1963, por meio do Decreto nº 29.644 de 1869, foi criada uma escola secundária para moças, o Colégio Nossa Senhora da Penha, cujo currículo seria composto, dentre outras matérias de “ História Sagrada, Música, aulas de piano

e todos os trabalhos de agulha”. Também nos trabalho de Leal (1980) encontramos referências ao ensino musical em escolas do ES,

Em 1908, de São Paulo, veio o professor Carlos Alberto Gomes Cardim que reorganizou a educação primária e secundária, uniformizando os programas escolares. Foi graças a ele que o Espírito Santo pôde ter um estabelecimento equiparado ao Ginásio Nacional. (...) o Curso Normal, com a duração de três anos tinha o seguinte currículo: Português e Literatura Portuguesa; Francês, Inglês e Latim; Aritmética, Álgebra e Geometria; Geografia Geral e do Brasil; História Universal; Física, Química e História Natural; Pedagogia e Educação Cívica; **Música** (grifo nosso), Desenho e Caligrafia (...) (LEAL, 1980, p. 67).

Tais indícios demonstraram que os apontamentos trazidos a partir do Decreto 1331 de 1854, sobre o ensino musical, embora fossem dirigidos para o município da corte, provocaram ações no ES. Essas iniciativas eram possíveis graças a uma relativa autonomia legislativa que foi dada às províncias, por meio do Ato Adicional publicado de 1834, que, entre outras atribuições, delegava às Assembleias Legislativas Provinciais a função de legislar sobre a instrução primária.

A partir dessas primeiras pistas, ampliamos o trabalhado de consulta a pesquisas sobre o processo de escolarização no Espírito Santo. Contudo, no que diz respeito à produção acadêmica capixaba sobre a histórica da educação no Espírito Santo percebemos que vários desafios carecem de serem superados. Simões, Franco e Salim (2009) ao realizarem um trabalho de compilação da produção nesta área destacam o número insignificante de dissertações e teses produzidas sobre o período anterior ao século XX e chamam a atenção para a precariedade das condições de armazenamento e a dispersão das fontes. Além disso, destacam a quase ausência de investimentos no campo da pesquisa histórica em geral e à falta de continuidade e regularidade dos trabalhos produzidos neste campo.

2. Referenciais Teórico-metodológicos

Para produzirmos um estudo historiográfico que compreenda a utilização e a problematização das fontes acerca da temática aqui definida recorreremos às ideias de Michel de Certeau (2006), Carlo Ginzburg (1989; 2002) e Marc Bloch (2001). Por meio destes autores, temos buscado problematizar os vestígios e rastros do processo de configuração dos

espaços e tempos que constituiu o ensino musical em escolas públicas no Espírito Santo, no período aqui definido. As reflexões dos referidos autores permitem uma compreensão do fazer historiográfico que associa a prática do historiador à narrativa produzida, sendo o desenvolvimento da primeira o fundamento que constitui o produto final da pesquisa.

A compreensão do que é História para os autores selecionados, que é também a nossa, refuta a ideia de sistematizações totalizantes, que concebem o conhecimento histórico a partir de visões acabadas, definitivas ou fechadas sobre um determinado contexto do passado, bem como de uma verdade universal; e caminha no sentido da produção de verdades históricas, circunscritas ao limite das pesquisas e influenciadas pelo presente do historiador. Assim, o desenvolvimento da pesquisa se dará por meio do Método Indiciário de Carlos Ginzburg (1989). O princípio construtivo que tem guiado essa perspectiva são os achados, os quais são provenientes de margens de investigações inteiramente diversas. Esses “são frutos também do acaso e não somente da curiosidade deliberada.” (GINZBURG, 2002, p. 11).

Para Ginzburg (1989), toda história é uma visão sobre a história e não a única perspectiva histórica possível. A discussão metodológica proposta pelo autor aponta instigantes questionamentos e reflexões sobre: o que é a prova histórica? O que é a verdade histórica? Onde ela está? Qual o papel das fontes no trabalho do historiador? Assim, Ginzburg desloca para o âmago da pesquisa as tensões entre narração e documentação, os vínculos entre retórica e prova, a relação entre o historiador e seu objeto e a distância que os permeia. Nesse contexto, vem sendo relevante para este trabalho os debates realizados por Nunes e Carvalho (1993) a respeito da Historiografia da Educação e Fontes. De acordo com as autoras (1993, p. 8), torna-se cada vez mais necessário se problematizar e de alargar a concepção de fonte e assim abrir a possibilidade “[...] de construir uma historiografia menos generalista e estereotipada” para a História da Educação.

Recorrendo a Michael de Certeau, em suas reflexões sobre a operação historiográfica, Nunes e Carvalho (1993) explicitam que uma das primeiras providências do historiador consiste no ato de separar as fontes que acredita ser pertinentes para o desenvolvimento do estudo.

[...] a história começa com gestos de separação, reunião e transformação em ‘documentos’, de certos objetos que ganham nova distribuição num certo espaço. O trabalho do pesquisador começa quando, a partir desse campo já produzido, opera novos recortes, alocamentos e redistribuição dos documentos, a partir de ações que visam estabelecer ‘suas fontes’ e criar a

configuração e um espaço específico de investigação, a partir de uma redefinição epistemológica que inclui o trabalho com os conceitos e o tratamento e a interpretação documental (NUNES; CARVALHO, 1993, p. 27).

Sobre as fontes documentais vale a pena recuperar as observações de Bloch (2001),

A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e aos problemas que sua transmissão coloca, longe de serem apenas o alcance de exercícios técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos a passagem da lembrança através das gerações (BLOCH, 2001, p.83).

Segundo Bloch (2001), o historiador, está necessariamente, reduzido a saber o que aconteceu por intermédio de estranhos. Logo, é preciso que o pesquisador, por meio da crítica documental, compreenda as condições pelas quais os documentos foram produzidos, os significados a eles atribuídos e os usos feitos com os mesmos. Assim, a saída é procurar luz de raios convergentes produzidos por outros testemunhos (BLOCH, 2001).

Neste contexto, os desafios da prática historiográfica nos convidam à reflexão do lugar de onde falamos e partimos para investigar nosso objeto e temática de pesquisa. Esse lugar, o tempo presente, diz respeito às ações políticas e sociais dos pesquisadores/historiadores e nos permite pensar numa dada significação sobre o fazer da história, ou seja, constituir o passado por meio de discursos e narrativas que expressem as maneiras de proceder com as fontes mobilizadas e as questões que colocamos para estas. Passado e presente estão, desse modo, imbricados na prática metodológica e na escrita, constituindo, uma história possível e que considera a possibilidade do mesmo objeto ser problematizado e reescrito por diferentes pesquisadores, produzindo narrativas diversas (GINZBURG, 2002).

4. Procedimentos metodológicos

A organização dos dados coletados nesta pesquisa está sendo estruturada, basicamente, em três etapas: 1) levantamento preliminar de fontes primárias e secundárias com vistas a amadurecer a delimitação do recorte temporal para o estudo. 2) ampliação da coleta e da análise de fontes primárias em função da redefinição do espaço/tempo de estudo. Esta fase de

busca e seleção do material tem sido realizada por meio de consultas ao Arquivo Público do Estado do ES. Também têm sido analisadas outras publicações (livros, artigos, revistas) e documentos (Decretos, Leis, Portarias, dentre outros), que têm trazido informações referentes aos objetivos deste trabalho. Nestes locais tivemos contatos com documentos originais e digitalizados. Cabe destacar que tem sido feitas consultas em acervos disponibilizados na Internet (como no caso da Hemeroteca da Biblioteca Nacional que possui um acervo riquíssimo de periódicos e jornais que circularam no ES todos digitalizados e disponíveis para consulta online). 3) Após o levantamento de dados temos procedido organização dos dados em períodos e categorias conforme as informações contida nos mesmos, tais como: a) ano da ocorrência da oferta do ensino musical; b) local da oferta; c) conteúdos ensinados; d) organização curricular das aulas; e) profissionais envolvidos f) tipo de formação dos professores; g) público alvo e quantitativo de alunos atendidos; h) que tipo de instituição de ensino (nível de ensino) eram desenvolvidas as aulas; i) recursos materiais e financeiros disponibilizadas para as atividades.

O mapeamento de fontes colocou-me em contato com o Fundo de Educação, do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (caixas numeradas 137, 138 e 139). Estes materiais tem sido fundamentais para o trabalho, principalmente no período pré-republicano, pois, mesmo carecendo de maior organização, constituem um acervo de documentos no qual estão presentes, dentre outros: as leis, os decretos, os regulamentos da instrução pública do Estado do Espírito Santo 1989; os ofícios recebidos e expedidos pela Secretaria da Instrução Pública, bem como os requerimentos recebidos pelos diretores da Escola Normal; os livros de ponto dos funcionários da inspetoria geral do ensino e Escola Normal, os livros de registros das correspondências oficiais do diretor do Colégio Normal “Atheneu Provincial” (incluindo os professores e outros funcionários), os livros de atas dos exames de habilitação ao magistério primário, os livros de matrículas de alunos no curso normal “Atheneu Provincial”; o projeto do regulamento geral da reforma da instrução pública da província do Espírito Santo para o ano de 1882; os Relatórios dos presidentes da Província do Espírito Santo (esses últimos todos digitalizados) do ano de 1842 ao ano de 1888.

Sobre estes últimos documentos mencionados cabe destacar a minudência que marca a sua elaboração. Uma vez que apresentam dados estatísticos que revelam, dentre outras informações, a quantidade de escolas na Província, alunos matriculados (inclusive detalhando

o sexo dos mesmos), dados sobre alunos em idade escolar não matriculados, gastos com professores, aulas vagas, casas alugadas para serem transformadas em escolas. Além dos dados educacionais, os relatórios trazem também o registro dos balanços orçamentários sobre as fontes de renda e despesas na Província, usos que foram feitos dos recursos financeiros, orçamentos para os próximos anos. Enfim um relatório que buscava dar conta dos detalhes e peculiaridades da Província. Em regra a quantidade de relatórios expedidos admite em média um relatório anual. Estes documentos eram produzidos pelo próprio diretor da instrução pública partir dos relatórios de visita às escolas realizada por ele e pelos funcionários auxiliares como os inspetores municipais e os delegados literários.

No que se refere ao período pós-república (até o ano 1934) foram fundamentais os relatórios dos Inspectores da Educação Pública. Tais documentos apresentam os trabalhos dos responsáveis pela fiscalização e descrição da situação educacional no ES.

Seguindo as recomendações de Bloch (2001), no que se refere ao cruzamento de fontes de naturezas diversas, busquei dados que pudessem me trazer informações para além dos documentos oficiais. Assim, selecionei dois grandes jornais da época: o *Correio da Vitória* (circulou entre os anos de 1842 à 1873) e o *Diário da Manhã* (1908 – 1937). Esses documentos tem se mostrado muito relevantes não só por que a maior parte das publicações oficiais eram feitas nos mesmos, mas por permitem perceber a veiculação das vozes de diferentes contextos de atuação social e civil, o que tem possibilitado problematizar algumas questões acerca de nossa temática que por vezes são dadas como definitivas pelas vozes oficiais do período. Cabe destacar que o trabalho com estas fontes tem sido muito facilitado, pois todas as edições dos referidos jornais encontram-se digitalizadas e disponíveis online na Hemeroteca Nacional.

5. Considerações Finais

Esperamos ter conseguido apresentar os caminhos que vêm sendo trilhados com vistas a desvelar as práticas relacionadas à oferta do ensino musical em instituições públicas do estado do ES. Mesmo que de forma preliminar a sinuosa análise das fontes e o cotejo com demais produções acerca de nossa temática já têm permitido vislumbrar pistas que poderão contribuir no aprofundamento das ações que vem sendo empreendidas com vistas à inserção do

ensino musical nas escolas capixabas. Principalmente por possibilitar que sejam disparados alguns questionamentos, tais como: o que determina a persistência de certos conteúdos, convenções e práticas nas escolas capixabas? Por que tamanha resistência às algumas mudanças curriculares?

Evidentemente para responder a estes questionamentos não só este estudo, mas muitas outras pesquisas devem continuar. Por enquanto, nossa única certeza é a necessidade de se prosseguir na busca da sistematização de nossas fontes históricas, conscientes do muito que ainda está por ser investigado, analisado e registrado sobre a educação musical no Espírito Santo.

Por fim, de forma mais ampla, esperamos que o trabalho aqui apresentado contribua para a construção de uma compreensão de passado e de presente que estejam implicados entre si, na nossa prática historiográfica em educação musical. Torcemos pela renovação de ambos por meio da mobilização de questões e problematizações que desacomodem verdades instituídas, que muitas vezes acabam por representar a história de forma totalizante e absolutista. Esta é, sinceramente, uma expectativa.

Referências

BRASIL. *Decreto nº 1.331 A, de 17 de fevereiro de 1854*. Approva o regulamento para a reforma do ensino primario e secundario no Municipio da Côrte. *Collecção das leis do Império do Brazil*, Rio de Janeiro, tomo 17, parte 2ª, seção 12ª, p. 45-68, fev. 1854. Disp. em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/artigo_004.html>. Acesso em: 14/04/2013.

BRASIL. *Lei Imperial de n. 40 de 3 de outubro de 1834*. Dispõe sobre o poder do presidente de província. Coleção de Leis Império do Brasil do ano de 1834. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

BRASIL. *Decreto nº 24.794, de 14 de julho de 1934*. Cria, no Ministério da Educação e da Saúde Pública, sem aumento de despesa, a Inspeção Geral do Ensino Emendativo, dispõe sobre o Ensino de Canto Orfeônico, e dá outras providências. *Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 4, parte 2ª, p. 1363-1368, abr. 1934. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24794-14-julho-1934-515847-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14/04/2012.

FARIA FILHO, L.M. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: Elementos teóricos-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES.A.A.B.M. et. al. (org) *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FHC/FUMEC, 2002.p 109-117.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

_____. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LEAL, João Eurípedes Franklin. *História da educação do Espírito Santo*. Boletim Informativo, SEDU/ ES, 1980.

NUNES, C.; CARVALHO, M. M. C de. *Historiografia da educação e fontes*. Cadernos da ANPED, Belo Horizonte, n 5, p. 7 a 64, set. 1993.

MATTOS, Archimimo Martins. Um século de ensino. Vitória: *Officinas da Vida Capichaba*, 1927.

PAIVA, F. S. L., SANTOS, K. C. Notas sobre a escolarização (da Educação Física) na província do Espírito santo In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006, Goiânia. *Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação – A Educação e seus Sujeitos na História*. , 2006.

QUADROS JR., J. F. S.; QUILES, O. L. Música na Escola: uma revisão das legislações educacionais brasileiras entre os anos 1854 e 1961. *Revista Música Hodie*, Goiânia, V.12 - n.1, 2012, p. 175-190.

QUEIROZ, Luíz Ricardo S. Música na escola: aspectos históricos da legislação nacional e perspectivas atuais a partir da Lei 11.769/2008, *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 20, n. 29, p. 23-38, jul./dez. 2012

ROMANELLI, Ailse Therezinha Cypreste. *Educação no Espírito Santo: breve histórico*. Revista FACEVV, volume 1, 2º Semestre de 2008 - Número 1.

SCHNEIDER, Omar. *A circulação de modelos pedagógicos e as reformas da instrução pública: atuação de Herculano Marcos Inglês de Souza*. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel e SALIM, Maria Alayde Alcantara. A história da Educação no Estado do Espírito Santo: o que se produz na academia. In: SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel e SALIM, Maria Alayde Alcantara (Orgs.). *História da Educação no Espírito Santo: vestígios de uma construção*. Vitória, ES: EDUFES, 2009.

SIMÕES, R. H. S. ; FRANCO, S. P. A produção acadêmico-científica sobre a história da educação no Estado do Espírito Santo (1992-2002). In: José Gonçalves Gondra. (Org.). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, v. 1, p. 341-352.

_____. (Org.). *História da educação no Espírito Santo: catálogo de fontes*. Vitória: EDUFES, 2004.